

Universidades Lusíada

Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi
Sarmiento, Helder Boska de Moraes

**Entre a mercantilização e a cooperação global :
tensões e desafios da internacionalização da
educação para o serviço social**

<http://hdl.handle.net/11067/8559>

<https://doi.org/10.34628/F8CX-MS13>

Metadados

Data de Publicação

2025

Resumo

Este artigo analisa a função estruturante da educação no processo de internacionalização e suas implicações para o Serviço Social no contexto da globalização capitalista. A partir de pesquisa bibliográfica, analisam-se as tensões entre a mercantilização do ensino superior e o potencial de cooperação acadêmica internacional, com foco nos países periféricos. Discute-se como a mundialização do capital reconfigura práticas educativas, currículos e políticas públicas, privilegiando modelos competitiv...

This article analyzes the structuring function of education in the internationalization process and its implications for Social Work within the context of capitalist globalization. Through bibliographic research, it examines the tensions between the commodification of higher education and the potential for international academic cooperation, with a focus on peripheral countries. The study discusses how the globalization of capital reconstitutes educational practices, curricula, and public polici...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave

Serviço social - Ensino e estudo, Educação e globalização

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-ISSSL] IS, n. 66 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T23:02:53Z com
informação proveniente do Repositório

ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO E A COOPERAÇÃO GLOBAL: TENSÕES E DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL¹

BETWEEN MARKETIZATION AND GLOBAL COOPERATION: TENSIONS AND CHALLENGES OF THE INTERNATIONALIZATION OF SOCIAL WORK EDUCATION

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

*Doutora em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das
Missões (URI), Brasil.*

*Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
(PPGSS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.
Assistente Social do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Santa Catarina, Brasil
ORCID: 0000-0003-2734-069X*

Helder Boska de Moraes Sarmiento

*Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),
Brasil.*

*Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social (PPGSS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis,
Santa Catarina, Brasil
ORCID: 0000-0003-3156-3626*

DOI: <https://doi.org/10.34628/F8CX-MS13>
Data de submissão / Submission date: 25.11.2025
Data de aprovação / Acceptance date: 27.12.2025

Resumo: Este artigo analisa a função estruturante da educação no processo de internacionalização e suas implicações para o Serviço Social no contexto da globalização capitalista. A partir de pesquisa bibliográfica, analisam-se as tensões entre a mercantilização do ensino superior e o potencial de cooperação acadêmica internacional, com foco nos países periféricos. Discute-se como a mundialização do capital reconfigura práticas educativas, currículos e políticas públicas, privilegiando modelos competitivos em detrimento de áreas sociais. Simultaneamente, examina-se a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, desde suas influências internacionais nos anos 1930 até os avanços contemporâneos em redes colaborativas e inserção global. Conclui-se que uma internacionalização crítica e solidária se configura como imperativo para a democratização do conhecimento, a qualificação da formação profissional e o enfrentamento dos desafios contemporâneos, defendendo-se um modelo que resista à lógica mercantil e fortaleça o projeto ético-político da profissão.

Palavras-chave: Internacionalização da educação; Globalização; Serviço Social; Mercantilização do ensino superior; Redes colaborativas; Capitalismo contemporâneo.

Abstract: This article analyzes the structuring function of education in the internationalization process and its implications for Social Work within the context of capitalist globalization. Through bibliographic research, it examines the tensions between the commodification of higher education and the potential for internation-

1 Este artigo é resultante da pesquisa de doutorado em Serviço Social, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), por meio de concessão de bolsa de doutorado.)

al academic cooperation, with a focus on peripheral countries. The study discusses how the globalization of capital reconstitutes educational practices, curricula, and public policies, prioritizing competitive models to the detriment of social fields. Simultaneously, it examines the historical trajectory of Brazilian Social Work, from its international influences in the 1930s to its contemporary advances in collaborative networks and global engagement. It concludes that a critical and solidarity-driven internationalization is an imperative for the democratization of knowledge, the qualification of professional education, and the confrontation of contemporary challenges, advocating for a model that resists market logic and strengthens the profession's ethical-political project.

Keywords: Internationalization of education; Globalization; Social Work; Commodification of higher education; Collaborative networks; Contemporary capitalism.

Introdução

A compreensão da função estruturante da educação no processo contemporâneo de internacionalização constitui o objetivo central deste artigo. No cenário de um mundo globalizado², marcado pelas contradições inerentes ao capitalismo (Boschetti, 2011), busca-se analisar criticamente como essa função se articula às necessidades, expectativas e desafios postos ao Serviço Social. As dinâmicas transnacionais, ao reconfigurarem as relações sociais, tensionam profundamente a formação profissional e a produção acadêmica na área, colocando em evidência uma tensão fundamental: a da educação como bem público e espaço de cooperação solidária versus a sua mercantilização como serviço transacionável.

Este estudo propõe-se a examinar essa dialética, investigando como o processo de internacionalização — tensionado entre a lógica competitiva do capital e o potencial das redes colaborativas — impacta o projeto ético-político do Serviço Social. O percurso analítico inicia-se com a discussão conceptual sobre a internacionalização da educação e sua captura pelo ‘capitalismo acadêmico’. Em seguida, analisa-se a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro e suas aproximações com processos transfronteiriços, demonstrando como a profissão tem construído, mesmo em contextos de desigualdade, uma inserção global pautada pela crítica e pela busca de equidade. Por fim, defende-se que uma internacionalização crítica e socialmente referenciada não é apenas uma alternativa desejável,

² Embora frequentemente tratadas como sinônimos, globalização e internacionalização referem-se a processos distintos: a globalização descreve dinâmicas econômicas, políticas e culturais de alcance mundial, enquanto a internacionalização, no campo da educação, diz respeito a estratégias, políticas e práticas intencionais voltadas à integração transnacional do ensino, pesquisa e extensão. Assim, a internacionalização pode ocorrer de forma crítica ou mercadológica, dependendo de seus princípios e finalidades.

mas uma condição indispensável para a qualificação da formação e para a democratização do conhecimento face aos complexos desafios do século XXI.

Esse debate torna-se ainda mais premente em um cenário pós-pandêmico, marcado pela acelerada digitalização e pela crescente pressão por modelos universitários sustentáveis e socialmente justos.

1. A a internacionalização da educação na encruzilhada: cooperação versus mercantilização

A compreensão da função da educação em um cenário marcado pela reconfiguração global das relações sociais exige um exame crítico das tensões inerentes ao processo de internacionalização. Se, por um lado, a internacionalização da educação constitui uma estratégia central para o fortalecimento de redes colaborativas e para o desenvolvimento científico, por outro, ela é profundamente tensionada pela lógica da mercantilização do ensino superior, especialmente em países periféricos. Esta seção analisa essa dialética, situando-a no contexto da globalização capitalista.

Mestenhauser (2015) destaca que a internacionalização não constitui um fim em si mesma, mas um processo cujas dimensões política, econômica, educacional, social e cultural devem convergir para um propósito maior: o fortalecimento da educação enquanto prática social formadora. Nesse sentido, Morin (2000) enfatiza que a educação do futuro deve preparar as novas gerações para a incerteza e a complexidade do real, superando a fragmentação do saber que “obscurece problemas coletivos e dificulta respostas sociais amplas” (Morin, 2000, p. 67). Seu princípio antropológico articula conhecimento, ética e responsabilidade, reforçando a necessidade de uma educação solidária, aberta ao diálogo intercultural e orientada para a construção de soluções compartilhadas. Essa visão dialoga com Haste e Chopra (2020), para quem a educação deve estimular a participação colaborativa internacional dos jovens como ‘cidadãos eficazes’, capacitando-os a manejar a ambiguidade e a construir soluções sustentáveis.

Contudo, esse potencial formativo e cooperativo é constantemente tensionado por uma racionalidade mercantil. Knight (2020) alerta que a expansão da internacionalização ocorre em tensão permanente com processos de comercialização do ensino superior. Ao converter o estudo internacional em um produto de consumo, corre-se o risco de desviá-lo de seu propósito formativo – voltado à promoção da cidadania global – para um modelo colonial centrado no consumo despolitizado de experiências acadêmicas. Essa lógica é reforçada pelo que Morosini (2006) denomina ‘capitalismo acadêmico’³, observando a crescente transformação da educação superior em serviço comercial regulado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), com a expansão de instituições privadas transnacionais organizadas como conglomerados multinacionais.

A mercantilização, por sua vez, tende a fragilizar a pesquisa e a formação crítica, especialmente em áreas voltadas às políticas sociais (Guerra, 2011). Esse processo compromete um dos pilares das universidades e tensiona projetos profissionais de caráter ético-político. Inserida na lógica capitalista, a educação sofre os efeitos das crises estruturais analisadas por Mészáros (2015), para quem a falência do Estado burguês abre espaço para uma mercantilização na qual o setor privado se expande orientado pelo lucro. Essa dinâmica é aprofundada pela perspectiva da Nova Direita, que passa a defender a educação como instrumento para o desenvolvimento do capital humano, alinhando políticas educacionais às demandas produtivas emergentes e reduzindo o papel estatal na garantia da universalidade e da qualidade (Pereira, 2013).

Guerra (2011) identifica nesse movimento uma ‘contrarreforma universitária’, caracterizada pela expansão de modelos educacionais rápidos, baratos e voltados à lógica do mercado precarizado, resultando na criação de ‘uma educação pobre para pobres’. Wit (2000) observa que essa lógica influencia diretamente a organiza-

³ A expressão “capitalismo acadêmico” tem origem na literatura norte-americana (Slaughter & Rhoades, 2004) e designa a crescente influência de lógicas de mercado nas universidades, como competição por recursos, cobrança por resultados e expansão de atividades comerciais. Morosini (2006) aplica o conceito ao contexto latino-americano para analisar a privatização e a corporatização da educação superior.

ção curricular, promovendo a hipertrofia de áreas consideradas estratégicas para o mercado global, como negócios internacionais, enquanto áreas voltadas para questões sociais, culturais e comunitárias sofrem retração de reconhecimento e financiamento.

A UNESCO (2004) reforça que é impossível discutir globalização sem considerar a internacionalização do ensino superior, alertando para os riscos significativos do avanço da oferta transnacional de ensino e sua inserção em acordos comerciais, como o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS)⁴. Tal enquadramento desloca a educação para o campo do mercado, enfraquecendo a capacidade regulatória dos Estados e ampliando desigualdades entre nações.

Nesse cenário de disputa, a definição amplamente aceita de Knight (2004, p. 11) — “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta das instituições e sistemas de educação pós-secundária” — serve como um farol conceitual. No entanto, como argumentam Price e Braga (1974), a circulação internacional do conhecimento não se realiza de modo simétrico: países periféricos enfrentam barreiras estruturais para competir na produção científica internacional, resultando em dependência e concentração de oportunidades no Norte Global. A clássica afirmação de Newton — “se pude ver mais longe foi por estar sobre ombros de gigantes” — sintetiza a natureza cumulativa e interdependente do saber.

Se a ciência é, de fato, uma construção coletiva e transnacional, é imperativo perguntar: quem tem acesso a esses ombros de gigantes, e em que condições? É precisamente neste território de assimetria e possibilidade que a trajetória do Serviço Social brasileiro oferece uma resposta prática e crítica, tema ao qual se dedica a seção seguinte.

⁴ O Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), firmado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, incluiu a educação entre os serviços potencialmente negociáveis. Isso significa que instituições educacionais podem ser tratadas como prestadoras de serviços em um mercado global, abrindo espaço para privatizações, franchising universitário e expansão de conglomerados educacionais transnacionais.

2. Serviço social brasileiro e as relações internacionais: uma trajetória crítica e colaborativa

Se a internacionalização da educação se configura no campo de tensões entre cooperação e mercantilização, é fundamental analisar como o Serviço Social, profissão historicamente situada nas contradições do capitalismo periférico, tem vivenciado e respondido a esse processo. A constituição de redes colaborativas de pesquisa, articulando grupos de diferentes países, configura um espaço estratégico de produção compartilhada de conhecimento, trazendo ganhos qualitativos para a formação e para a investigação científica na área (Abad; Vieira; Morosini, 2018). Estes elementos, que expressam a circulação de conhecimentos e metodologias, são centrais para a formação de pesquisadores capazes de responder às complexas demandas do século XXI e constituem dimensão avaliada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos Programas de Pós-Graduação (PPGs).

A trajetória de internacionalização do Serviço Social brasileiro é longa e revela as ambiguidades desse processo⁵. Iamamoto (1982; 1988) assinala que, nas décadas de 1940 e 1950, a formação profissional foi fortemente influenciada pelo modelo norte-americano, fundado em perspectivas psicossociais alinhadas ao capitalismo. Contudo, a profissão constitui-se em estreita relação com as inflexões do mundo do trabalho e com os determinantes político-econômicos globais, atuando nas dimensões de produção e reprodução da força de trabalho e incorporando as contradições do capitalismo, sobretudo em contextos periféricos. Esse cenário, marcado por concentração de renda, desigualdade social e práticas antidemocráti-

⁵ Ainda que a gênese do Serviço Social brasileiro esteja historicamente vinculada à matriz franco-belga, sobretudo no período de institucionalização da profissão nas décadas de 1930 e 1940, este texto adota como recorte analítico a chamada segunda fase de internacionalização, marcada pela intensificação das influências norte-americanas no campo da formação e da prática profissional, especialmente a partir do pós-guerra. Tal escolha não nega a importância das matrizes europeias originárias, mas justifica-se pelo objetivo de analisar as dinâmicas contemporâneas de internacionalização, suas ambiguidades e seus impactos críticos na conformação do Serviço Social brasileiro em contextos periféricos do capitalismo.

cas, atribui às universidades o papel crucial de formar profissionais comprometidos com uma perspectiva democrática e crítica, mesmo ante as pressões mercantis (Guerra, 2011).

Como enfatizam Mandel (1968) e Ianni (1993), tais desafios intensificaram-se no pós-guerra, especialmente em países latino-americanos submetidos a políticas públicas residuais e à exploração sistemática da força de trabalho. Nesse contexto, as relações internacionais e os intercâmbios acadêmicos emergiram como possibilidades históricas de acesso a novas concepções, práticas e metodologias, contribuindo para a criação de cursos, disciplinas e redes colaborativas que moldaram a profissionalização do Serviço Social na região.

Para compreender essa trajetória, é essencial, como advertem Iamamoto, Raichelis e Bravo (2021) e Netto (2016), superar narrativas fragmentadas ou puramente memorialísticas. *‘Situar o Serviço Social na história é distinto de fazer uma história do Serviço Social’*. Esta perspectiva permite analisar como, desde a década de 1930, a profissão se constituiu a partir de influências internacionais, mas também desenvolveu particularidades próprias, relacionadas à sua inserção periférica no capitalismo global.

A robustez institucional que sustenta essa trajetória crítica é quantitativamente expressiva. Dados recentes ilustram a capilaridade e o vigor acadêmico da área no país: o Serviço Social conta com mais de 560 cursos de graduação presenciais em todo o território nacional, que formam uma média de 25 mil novos assistentes sociais a cada ano (INEP, 2023). Na pós-graduação *stricto sensu*, a área é consolidada, com aproximadamente 50 Programas de Pós-Graduação (PPGs), sendo a maioria (36) mestrados acadêmicos e doutorados, que respondem por uma produção científica substantiva e internacionalmente conectada (GEOCAPES, 2024). O ritmo de formação de novos doutores é um indicador eloquente dessa maturidade acadêmica: somente entre 2019 e 2022, os PPGs em Serviço Social no Brasil titularam uma média de 120 doutores por ano, totalizando mais de 480 novos doutores nesse quadriênio (GEOCAPES, 2024).

A intensidade do engajamento internacional dessa nova geração de pesquisadores é comprovada pelos expressivos números de

mobilidade discente: apenas entre 2022 e o ano corrente de 2024, foram concedidas 226 bolsas no exterior (doutorado-sanduíche e mestrado-sanduíche) a discentes dos PPGs em Serviço Social, com uma média anual superior a 75 bolsas (GEOCAPES, 2024). Este elevado volume de intercâmbio demonstra a integração ativa dos pesquisadores da área em redes globais de conhecimento, materializando na prática o potencial crítico e colaborativo da internacionalização. Esse arcabouço formativo sustenta, por fim, um contingente profissional que supera 200 mil assistentes sociais ativos no Brasil (CFESS, 2023).

Esse arcabouço formativo sustenta um contingente profissional que supera 200 mil assistentes sociais ativos no Brasil, dos quais quase 180 mil são mulheres, refletindo a marcante feminização da categoria (CFESS, 2023). Essa massa crítica de profissionais, docentes e pesquisadores constitui a base material que viabiliza e fortalece as iniciativas de inserção global pautadas pela cooperação solidária.

Avançando no tempo, observa-se uma significativa consolidação da inserção global da área, com a formação de redes colaborativas que articulam trajetórias formativas, produção de conhecimento e cooperação internacional. Essas redes se fortalecem não apenas em espaços formais, mas também em arenas privilegiadas de troca intelectual, como conferências, congressos, missões de estudo e simpósios, que possibilitam problematizações e a formação de vínculos acadêmicos.

Não se pode desconsiderar, contudo, a complexidade territorial e regional do Brasil, cuja heterogeneidade impõe desafios adicionais à articulação entre regiões e à inserção internacional. Como observa Piccolo (2021), integrar essas múltiplas realidades sob critérios unificadores já é uma tarefa complexa — e transcender essas fronteiras internas para se projetar no cenário global constitui um desafio de outra magnitude. Apesar disso, a profissão e a academia vêm consolidando uma trajetória de quase um século de internacionalização, com iniciativas que se intensificaram desde a criação das primeiras escolas até a consolidação do sistema de regulação profissional sob a estrutura do Conselho Federal de Serviço Social (CFES-

S)⁶ e os Conselhos Regionais (CRESS), além das iniciativas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Portanto, embora permeada por desafios estruturais, a trajetória internacional do Serviço Social brasileiro evidencia um movimento consciente de construção de conexões que qualificam a formação, ampliam a inserção científica e promovem maior equidade na circulação global do conhecimento. Esta trajetória pavimenta o caminho para se concluir sobre os imperativos de uma internacionalização crítica e socialmente referenciada.

Conclusão

A análise desenvolvida demonstra que a educação superior ocupa um lugar estratégico e paradoxal no processo de internacionalização. Como evidenciado, este processo é permanentemente tensionado por dois vetores antagônicos: de um lado, a lógica da mercantilização, que transforma a educação em *commodity* e aprofunda assimetrias históricas; de outro, o potencial de cooperação solidária, que fortalece a educação como bem público e espaço de produção crítica de conhecimento. Para o Serviço Social, profissão cujo projeto ético-político está intrinsecamente ligado à defesa de direitos e à superação das desigualdades, navegar por este campo de forças contraditórias não é uma opção, mas uma condição da prática contemporânea.

O exame da trajetória histórica do Serviço Social brasileiro revela que a profissão não é mera espectadora dessas transformações. Pelo contrário, construiu uma inserção internacional ativa, que evoluiu de uma influência estrangeira assimiladora, no século XX, para a participação crítica em redes colaborativas no século XXI. Esta evolução sinaliza a maturidade acadêmica e política da área, que busca na cooperação internacional um instrumento para qualificar

⁶ O conjunto CFESS/CRESS constitui o sistema de regulação profissional do Serviço Social no Brasil, composto pelo Conselho Federal (instância normativa e deliberativa nacional) e por 27 Conselhos Regionais (responsáveis pela fiscalização do exercício profissional em seus respectivos estados e regiões). Esse arranjo assegura a unidade política da profissão e sua inserção institucional no país.

a formação, ampliar a pesquisa e contrapor-se à hegemonia de um modelo de internacionalização neoliberal e despolitizado.

Conclui-se, portanto, que a defesa de uma internacionalização crítica, solidária e socialmente referenciada é mais do que uma posição ideológica; é um imperativo estratégico para a qualificação da formação profissional e para a relevância social do Serviço Social. Esta perspectiva exige que universidades, programas de pós-graduação e agências de fomento assumam um compromisso ativo na promoção de redes colaborativas equitativas, na mobilidade acadêmica responsável e na circulação de saberes que valorizem as produções periféricas, especialmente do Sul Global.

Só assim a internacionalização cumprirá sua função verdadeiramente estruturante: a de democratizar o conhecimento, fortalecer identidades profissionais críticas e contribuir para respostas coletivas aos complexos desafios que interpelam a sociedade global. Nesse sentido, o exemplo do Serviço Social brasileiro demonstra que, mesmo em contextos periféricos, é possível forjar uma globalização alternativa — não a do capital, mas a da solidariedade e do conhecimento comprometido com a justiça social e o bem-estar coletivo.

Referências

- Abad, L. G., Vieira, M. A., & Morosini, M. C. (2018). Redes internacionais de cooperação educacional: processos de internacionalização do ensino superior em contextos emergentes. In *Anais do VI Seminário Internacional De Políticas Públicas Da Educação Básica E Superior* (p. 303). UFRGS/CE. <https://www.ufrgs.br/eventos/seminariointernacionalpp/anais-2018/>
- Boschetti, I. (2008, agosto 17). *O Serviço Social e a luta por trabalho, direitos e democracia no mundo globalizado*. Conferência Mundial de Serviço Social, Salvador. http://www.cfess.org.br/arquivos/ivanete_boschetti_palestra_2008.pdf
- CFESS. (2023). *Dados Estatísticos*. Conselho Federal de Serviço Social. <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1913>
- GEOCAPES. (2024). *Plataforma Geocapes*. CAPES. <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

- Guerra, Y. (2011). Na contracorrente da reforma do ensino superior: nótula sobre o curso de graduação em Serviço Social para assentados da reforma agrária. *Temporalis*, 11(21), 239–270. <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3333>
- Haste, H., & Chopra, V. (2020). *Os futuros da educação para a participação em 2050*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf00000374441>
- Iamamoto, M. V. (1982). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. Cortez; CELATS.
- Iamamoto, M. V. (1998). *O Serviço Social na contemporaneidade*. Cortez.
- Iamamoto, M. V., Raichelis, R., & Bravo, M. I. S. (2021). A pesquisa científica no Serviço Social. In M. V. Iamamoto & C. M. dos Santos (Orgs.), *A história pelo avesso* (pp. 207–218). Cortez.
- Ianni, O. (2003, março 27-28). *A polêmica sobre Ciências e Humanidades*. Seminários Unicamp “Diversidade na Ciência”, Campinas.
- INEP. (2023). *Censo da Educação Superior 2022: Resumo Técnico*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-censo-da-educacao-superior-2022>
- Knight, J. (2004). An internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(1), 5–31. <https://doi.org/10.1177/1028315303260832>
- Knight, J. (2020). *Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios* (2a ed.). Oikos.
- Mandel, E. (1967). *Iniciação à teoria econômica marxista*. Ediciones Era.
- Mestenhauser, J. A. (2015). On the hologram of international education. In R. D. Williams & A. Lee (Eds.), *Internationalizing Higher Education* (pp. 27–49). Sense Publishers.
- Mészáros, I. (2015). *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. Boitempo.
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2ª ed.). Cortez; UNESCO.
- Morosini, M. (2006). Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior - conceitos e práticas. *Atos de Pesquisa*

- em Educação*, 1(1), 54–77. <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/738>
- Netto, J. P. (2016). Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In M. L. O. Silva (Org.), *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo* (pp. 15–48). Cortez.
- Pereira, C. P. (2013). *Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes*. Cortez.
- Piccolo, R. M. D. (2022). A ABEPSS na internacionalização do Serviço Social do Brasil. *Libertas*, 22(1), 144–155. <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/3579>
- Price, D. J. S., & Braga, G. M. (1974). Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. *Ciência da Informação*, 3(2), 155–177. <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/2051>
- UNESCO. (2004). *Educação superior: reforma, mudança e internacionalização*. UNESCO; SESU.
- Wit, H. de. (2000). *Internationalization of higher education: an institutional perspective*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf00000122360>